Circulação Nacional - 2017, edição XXIII, fev-abr **www.unacon.org.br**

Carreira de Finanças e Controle 30 ANOS

UNACON Sindical
SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE

Finanças & Controle

Informativo da Carreira de Finanças e Controle

Reforma da Previdência

Em audiência pública no Senado, Marques questiona interesses por trás da PEC 287

1º CDS/2017
Reforço da presença no Congresso Nacional pauta reunião do colegiado

Artigo
Questão volta à tona: "Quem deseja o descontrole do SUS?"

Concurso de Contos
Histórias podem ser enviadas até o dia 5 de junho

UNACON Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques
Presidente
Márcia Uchôa
Vice-Presidente
Daniel Lara
Secretário Executivo
Filipe Leão
Diretor de Finanças
Roberto Kodama
Diretor de Assuntos Jurídicos
Estevam Barbosa
Diretor de Filiados
Júlio Possas
Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

(Efetivos) João Wagney Pereira dos Santos - Laura Márcia de Souza Lima Safi - Maria da Conceição Geraldo (Suplentes) José Osmar Monte Rocha - Jari Bellaver Monteiro

Conselho de Ética Nacional

Gilberto Ricardi

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa - Arivaldo Pereira Sampaio - Frederico Carlos Janz- Godofredo da Silva Neto - José Marcos dos Santos - Manoel Messias de Jesus - Patricia Gebrim - Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adalto Erdmann de Almeida - PR, Ademar da Câmara Junior - TO, Adelton Vilhena Neves - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, Julia Oliveira - PB, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Antônio José da Silva - RN, Antônio Roberto da Silva - SC, Armando Gonçalves de Carvalho - MA, Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ, Carlos Renato Corrêa Leite - RS, Celso Duarte de Sousa Junior - RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Augusto Calzado Gomes - RO, João Colaço - MG, Luiz Roberto de Melo Machado - MS, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Reonauto da Silva Souza Júnior - SE, Romualdo Anselmo dos Santos - BA, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical
Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)
Textos: Nayara Young (9.397/DF) e Juliana Martins (11.120/DF)
Diagramação: Marcelo Rubartelly
Fotos:Nayara Young e Juliana Martins
Tiragem: 4 mil

Unacon Sindical
CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF CEP: 70753-530
Fone: (61) 2107-5000
E-mail: unacon@unacon.org.br
Facebook: www.facebook.com/UnaconOficial

Sumário

4 — 1º CDS/2017
Reforço da presença no Congresso Nacional pauta reunião do colegiado

6 — MP 765/2016
Sindicato busca restituir missão da CGU de fiscalizar o SUS

7 — Trabalho Parlamentar
Emendas apresentadas à MP 765 buscam resgatar compromissos do governo com a carreira

8 — Reforma da Previdência
"Governo se aproveita da crise temporária para subtrair direitos sociais de forma permanente", afirma Marques

10 — Representação
Em notificação extrajudicial, Sindicato exige direito de resposta à revista Carta Capital

11 — Concurso de Contos
Unacon Sindical anuncia segunda edição do Concurso de Contos

12 — Artigo
Quem deseja o descontrole do SUS?

14 — Reforma da Previdência
Unacon promove debate com foco nos impactos da PEC 287 na vida do servidor

15 — Notas

Sindicalismo e resistência

Já quando preparava sua ascensão ao poder, o governo Temer editou a cartilha A Travessia Social, uma reformulação de A Ponte para o Futuro, em que propunha "um novo começo nas relações do Estado com as empresas privadas". Antes mesmo da ratificação do impeachment pelo Senado, estavam em curso reformas de caráter fortemente neoliberal – as contrapartidas aos apoiadores –, alicerçadas no livre mercado e na concepção de estado mínimo.

Assim, seguindo a lógica capitalista internacional de lucro e de acumulação – recente relatório do banco Credit Suisse mostrou que, pela primeira vez na história, o 1% mais rico da população mundial detém mais de 50% da riqueza planetária –, o governo federal adotou um receituário de desidratação do Estado social, com a implantação de políticas de austeridade fiscal e de precarização das relações de trabalho. Passou, então, a implementar a maior subtração de direitos sociais da história do Brasil.

Daí advieram medidas há muito acalentadas pelo mercado: 1) a Emenda Constitucional 95/16, que limita o gasto público, em termos reais, por 20 anos; 2) a proposta de reforma da Previdência – PEC 287/16, que restringe o acesso e reduz o valor de benefícios previdenciários e sociais; 3) o Projeto de Lei – PL 6.787/16, que reforma a legislação trabalhista e aniquila as proteções legais do trabalhador, ao fixar a prevalência do acordado sobre o legislado e; 4) o PL 4.302/98, que regulamenta a terceirização de mão de obra, inclusive em atividades-fim.

Nesse contexto, compete à sociedade civil organizada, máxime às entidades de classe dos trabalhadores, articularem-se entre si e mobilizarem suas bases a fim de resistir a essa brutal inflexão social no país. Estejamos juntos, estejamos atentos, sejamos fortes para lutar contra quaisquer formas de retrocesso social no Brasil!

Rudinei Marques,
presidente do Unacon Sindical

UNACON na mídia

6 de março
CORREIO BRAZILIENSE
Marques critica o PL 4.302/98, que trata da terceirização irrestrita. "É uma ameaça aos concursos públicos e à estabilidade", afirmou à reportagem

BLOG DO SERVIDOR
"Entidades afiliadas ao Fonacate convocam mobilização em nacional contra a reforma da Previdência para o dia 15 de março", informa Portal

20 de fevereiro
BLOG DO SERVIDOR
Marques comenta a decisão do Ministério do Trabalho de tornar a contribuição sindical obrigatória. "Vamos garantir a devolução do dinheiro aos filiados", disse à reportagem

17 de fevereiro
BLOG DO SERVIDOR
Portal destaca a participação do presidente do Sindicato em audiência pública na Comissão Especial da PEC 287. "O debate não pode ser atropelado, açodado", alertou Marques

14 de fevereiro
TV GÊNESIS
Rudinei Marques, presidente do Sindicato, participa de debate sobre a reforma da Previdência no programa Diário Brasil. "Essa PEC (287/2016) é desonesta", afirmou o presidente do Sindicato

13 de fevereiro
BLOG DO SERVIDOR
Portal destaca trabalho das carreiras de Estado em busca de assinaturas para validar emendas à PEC 287. "Para que o brasileiro não tenha que trabalhar até a morte", justificou Marques

6 de fevereiro
CONGRESSO EM FOCO
"Quem deseja o descontrole do SUS?". No artigo, publicado pelo portal, Filipe Leão apresenta uma crítica às mudanças promovidas por meio da MP 765

27 de janeiro
PORTAL UOL
Notícia ressalta a redução, em 2016, dos recursos da PF e da CGU. Levantamento aponta decréscimo nas gestões de Dilma e Temer

12 de janeiro
BLOG DO SERVIDOR
Portal divulga encontro de entidades contra a PEC 287 na CTASP. "Vamos produzir conteúdo e chamar o governo a admitir que seus cálculos que não fecham", adiantou Marques

Reforço da presença no Congresso Nacional pauta reunião do colegiado

"Temos que fortalecer nossa presença no Congresso", avaliou Marques. Aprovação do pedido de realização de concurso emergencial para o cargo TFFC e alterações estatutárias estão entre os destaques do encontro

A primeira reunião de 2017 do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) foi realizada de 5 a 7 de abril. A participação de Wagner de Campos Rosário, secretário-executivo da Controladoria-Geral da União (CGU), aprovação do pedido de realização de concurso emergencial para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) e alterações estatutárias estão entre os destaques da reunião. Informes sobre a reforma da Previdência apresentada pelo governo, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, e a Medida Provisória (MP) 765/2016, que retira da CGU a missão constitucional de auditar o Sistema Único de Saúde (SUS), também pautaram o encontro.

Rudinei Marques, presidente do Sindicato, alertou para a importância de intensificar a presença da carreira de Finanças e Controle no Congresso Nacional. "Essa é uma tarefa urgente que precisamos resolver. Temos que ocupar espaços e fortalecer nossa presença no Congresso", avaliou e propôs aos delegados sindicais dos estados que viessem a Brasília mais vezes, para buscar interlocução com os parlamentares e participar de audiências públicas.

Nilton Paixão, presidente da Pública – Central do Servidor, e Thiago Botelho, presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner Sindical), saudaram os dirigentes pelo trabalho realizado em defesa da Previdência Social. "Sabemos que é nas bases que a pressão funciona com mais efetividade. Independentemente de onde estivermos, iremos somar esforços pois se a mão do governo é pesada, nós temos uma arma muito mais forte que é a palavra; ideias importantes que já estão contribuindo para o fortalecimento do movimento contra a retirada de direitos dos trabalhadores", afirmou Paixão. Confira os destaques da reunião.

RUMOS DA CGU

Wagner de Campos Rosário, secretário executivo da CGU, apresentou os rumos da instituição ao lado dos secretários Cláudia Taya, secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), Antônio Carlos Bezerra Leonel, secretário Federal de Controle Interno (SFC), Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega, Corregedor-Geral da União (CRG) e Gilberto Waller Junior, Ouvidor-Geral da União (OGU). "O alinhamento dessas secretarias é a base do combate à corrupção", reconhece. O plano de integridade da CGU, a regulamentação das atribuições dos cargos, a criação do banco de servidores, as restrições orçamentárias e a MP 765/2016 também entraram em pauta.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Antônio Augusto de Queiroz, analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), avaliou a conjuntura política e fiscal do país. Segundo ele, a Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, é responsável pelas reformas que o governo tem promovido. "A EC 95 foi feita pra forçar a reforma da Previdência", avaliou. Queiroz também falou sobre a regulamentação do artigo 247 da Constituição Federal para definir as atividades exclusivas de Estado e a aprovação do Projeto de Lei (PL) 3.831/2015 que estabelece as normas gerais para a negociação coletiva no serviço público.

TFFC

O colegiado também aprovou pedido de concurso emergencial para TFFC. Exigência de NS para ingresso no cargo e regulamentação das atribuições da carreira nortearam o debate. O secretário-executivo da CGU justificou o atraso para a conclusão da minuta do decreto de regulamentação, a princípio previsto para o início abril, e se comprometeu a enviar o documento para análise do Sindicato. Daniel Lara, secretário-executivo da DEN, cobrou "proposições práticas e objetivas" e recomendou que os superintendentes regionais enviem, constantemente, pedidos de concurso ao órgão central.

COMEMORAÇÃO 30 ANOS

Aberta para todos os servidores, o lançamento do documentário "Muito Além do Controle" e do II Concurso Nacional de Contos do Unacon Sindical contou com a participação especial do secretário-executivo da CGU e do ex-presidente do Sindicato, José Alves de Sena. Leo Torresan, membro fundador da Amarribo, e Franklin Brasil, autor do conto que inspirou o filme, também participaram da solenidade. O lançamento integra calendário de atividades em comemoração aos 30 anos da carreira de Finanças e Controle. Uma comissão de 5 membros, aprovada pelo CDS, irá coordenar as demais atividades.

PEC 287/2016

Regras de transição, mudança na forma de cálculo e proibição do acúmulo de aposentadorias e pensões foram pontuadas como as mudanças mais sensíveis previstas na PEC 287/2016. Na avaliação do Sindicato, o que falta agora é a adesão maciça dos servidores nas mobilizações de rua. "O Governo só se mexe diante de pressão, e a melhor pressão é feita na rua", disse Marques convocando os delegados sindicais para mobilizar as bases nos estados, no dia 28 de abril.

MP 765/2016

Filipe Leão, diretor de finanças do Sindicato, discorreu sobre as ações a respeito da MP 765/2016. Antes de propor a emenda protocolada pelo deputado federal Onix Lorenzoni (DEM-RS) no dia 7 de fevereiro, a DEN conversou com a CGU, no dia 2 do mesmo mês. O problema também pautou a opinião pública, por meio do artigo "Quem deseja o descontrole do SUS?". "Nossa atuação foi orientada pelo resultado de AGE nacional convocada pelo Sindicato e realizada no dia 6 de fevereiro", esclareceu.

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

A criação de uma Câmara de Representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de uma Assembleia Setorial estiveram entre as propostas de alteração estatutária. Adalto Erdmann de Almeida, delegado sindical do Paraná, fez a leitura dos dispositivos para apreciação do colegiado. "Essas alterações têm como objetivo prever, no estatuto da entidade, práticas que, na verdade, já são realizadas hoje", esclareceu Leão, diretor de finanças do Sindicato.

Sindicato busca restituir missão **da CGU de fiscalizar o SUS**

Competência constitucional foi alterada pela Medida Provisória 765, publicada em 29 de dezembro passado. Para o Sindicato, mudança é claramente nociva ao Sistema de Controle Interno

Enviada ao Congresso Nacional no apagar das luzes de 2016, a Medida Provisória 765 – editada, a princípio, para conceder aumentos diferenciados a algumas carreiras do Serviço Público – criou, por meio do artigo 44, uma unidade setorial do controle interno (Ciset) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), retirando-o, assim, da jurisdição da Controladoria-Geral da União (CGU). A mudança foi criticada de imediato pelo Unacon Sindical, por ser claramente nociva ao atual Sistema de Controle Interno da União. No dia 7 de fevereiro, o Sindicato sugeriu, por meio da emenda nº 69, apresentada pelo deputado federal Onix Lorenzoni (DEM-RS), uma alteração ao texto, visando reparar o afastamento da CGU da auditoria do SUS.

A emenda estabelece que "os atuais órgãos setoriais ou específicos fiquem sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo ao órgão central em cuja estrutura administrativa estiverem integrados".

O Unacon Sindical também levou a situação ao conhecimento da Administração. A MP 765/2016 esteve em pauta em duas reuniões com o secretário-executivo da CGU, Wagner de Campos Rosário, realizadas nos dias 2 de fevereiro e 8 de março. Nas ocasiões, o secretário-executivo concordou que o afastamento do órgão central do Sistema de Controle Interno da auditoria do SUS irá enfraquecer a fiscalização dos recursos públicos da União. Diante do posicionamento, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindicato pediu apoio institucional à emenda nº 69. O objetivo é intensificar a atuação parlamentar em prol do reestabelecimento da missão da CGU de fiscalizar os recursos SUS.

A MP 765/2016 está na Comissão Mista, onde aguarda o parecer do relator senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Depois da análise da Comissão, o texto segue para o Plenário da Câmara e, em seguida, para o Plenário do Senado.

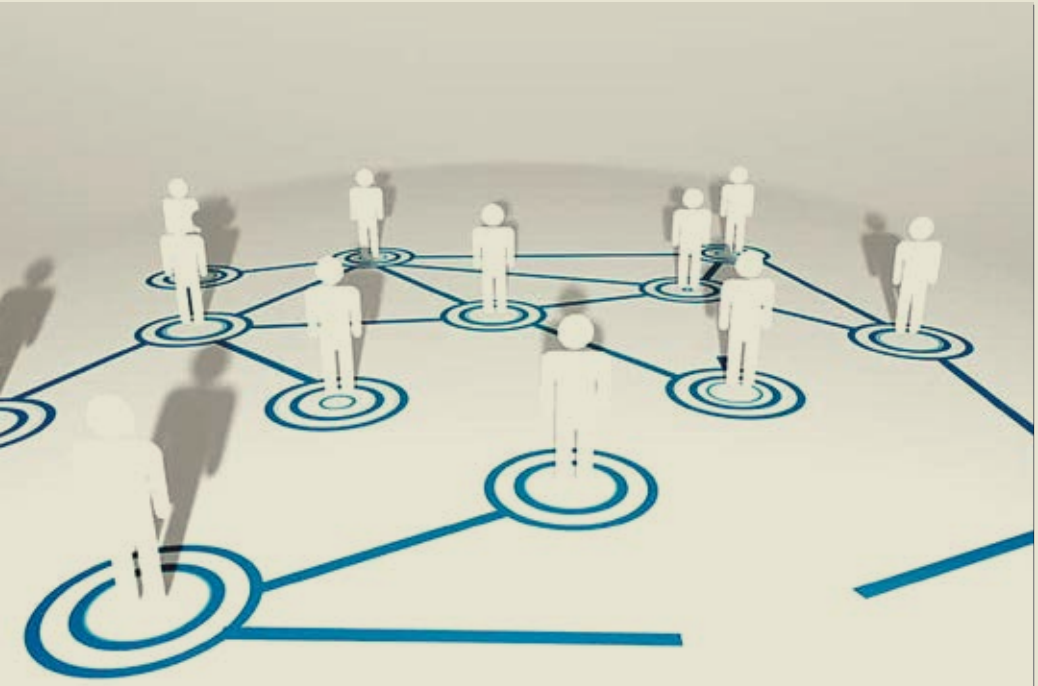
O QUE É UMA MEDIDA PROVISÓRIA?

Medida Provisória (MP) é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. Seu prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez, por igual período.

Se a Câmara ou o Senado rejeitar a MP ou se ela perder a eficácia, os parlamentares têm que editar um decreto legislativo para disciplinar os efeitos jurídicos gerados durante sua vigência.

Se o conteúdo de uma Medida Provisória for alterado, ela passa a tramitar como projeto de lei de conversão.

Fonte: Portal da Câmara



Emendas apresentadas à MP 765 **buscam resgatar compromissos do governo com a carreira**

Por meio de emendas nº 78 e 81, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) cobra exigência de Nível Superior para TFFC e realinhamento remuneratório das carreiras de Estado

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) apresentou duas emendas à Medida Provisória (MP) 765 de 2016 com o objetivo de garantir o cumprimento integral do acordo e dos compromissos com a carreira de Finanças e Controle assumidos pelo governo, durante a negociação salarial de 2015. As emendas nº 78 e 81, que ainda aguardam a apreciação da Comissão Mista que analisa a MP, são fruto do trabalho parlamentar desenvolvido pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical.

Na emenda nº 78, que prevê o realinhamento das tabelas salariais das Carreiras Típicas de Estado, a parlamentar destaca preocupação com a possibilidade de esvaziamento dos quadros funcionais em órgãos estratégicos. "É importante ressaltar que o alinhamento remuneratório é essencial para que se mantenham os quadros de altíssima qualificação dessas carreiras e se evite que, com a saída de pessoal para carreiras com remuneração muito diferenciada, fiquem prejudicadas a formulação, implementação, controle e avaliação de políticas públicas nas áreas estratégicas do governo federal", afirma.

NS PARA TFFC

A exigência de Nível Superior para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) está contemplada na emenda nº 81. Na justificativa apresentada, Erika Kokay destaca que o requisito foi indicado por Grupos de Trabalho constituídos na Controladoria-Geral da União (CGU) e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e firmado no Termo de Acordo nº 25, de 22 de dezembro de 2015.

O assunto foi levado à reunião com o secretário-executivo da CGU, Wagner de Campos Rosário, realizada no dia 8 de março. Na oportunidade, a DEN pediu apoio institucional às emendas e cobrou a realização de concurso para o órgão, tendo em vista a elevada defasagem do quadro funcional, especialmente dos TFFC.

"Estamos há seis anos negociando, pessoalmente, a realização de um novo concurso para TFFC. Enquanto isso, o efetivo de técnicos diminui significativamente", argumentou Daniel Lara, secretário-executivo do Sindicato.

Pautas do funcionalismo serão foco de ciclo de debates na CTASP

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados promoverá um ciclo de debates com foco nas pautas prioritárias do Serviço Público Federal. Negociação coletiva, direito de greve, assédio moral, regime próprio de previdência e licença classista serão discutidos, com base em projetos que tramitam no Legislativo. As audiências públicas irão contar com a presença de representantes do governo e de diversas entidades sindicais, entre elas o Unacon Sindical.

A agenda vem sendo construída desde o segundo semestre de 2016. As datas das audiências ainda serão confirmadas pela secretária da CTASP. Acompanhe em unacon.org.br.

Presidente do Unacon Sindical entrega ao senador Paulo Paim (PT-RS) denúncia de conflito de interesses envolvendo o secretário da Previdência.

"Governo se aproveita da crise temporária para subtrair direitos sociais de forma permanente", afirma Marques

Críticas à PEC 287/2016 foram registradas em audiências públicas na CDH do Senado nos dias 16 de fevereiro e 21 de março

O Unacon Sindical participou de audiências públicas para debater a reforma da Previdência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, nos dias 16 de fevereiro e 21 de março. Nas oportunidades, Rudinei Marques, presidente do Sindicato, compôs as mesas de debate e fez duras críticas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 de 2016.

Para Marques, "o governo se aproveita da crise temporária para subtrair direitos sociais de forma permanente". Segundo o presidente do Sindicato, um dos pressupostos dessa reforma é que o país está quebrado, o que não é verdade. "Só no caixa único do Tesouro Nacional no Banco Central têm um trilhão e cinquenta bilhões de reais. As reservas internacionais somam 365 bilhões de dólares, o que dá mais de um trilhão de reais. Em resumo: nem a previdência é deficitária, nem o Brasil está quebrado. Sendo assim, a reforma da Previdência tem que ir parar na lata do lixo", ressaltou, durante audiência promovida em 21 de março.

Na mesma ocasião, Marques entregou ao senador Paulo Paim (PT-RS) a denúncia de conflito de interesses envolvendo o secretário da Previdência, Marcelo Caetano. O documento foi elaborado pela Pública - Central do Servidor e protocolada na Comissão de Ética da Presidência da República no dia 23 de fevereiro.

Paim ressaltou a gravidade da denúncia e antecipou que o documento será analisado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência. "Essa denúncia é de imensa gravidade. Ninguém serve a dois senhores ao mesmo tempo. Se ele exerce função remunerada na BrasilPrev, que ousadia é

essa de querer acabar com a previdência do povo brasileiro? ", questionou.

Por fim, Paim pediu que Marques voltasse a explicar o teor da denúncia, sob o argumento de que o povo precisa saber quais são os interesses por trás dessa reforma. Ele destacou que a transmissão, pela TV Senado, alcançou o maior índice de audiência já registrado, o que demonstra o interesse popular na pauta.

Seis dias após o evento, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República recomendou o afastamento do secretário da Previdência de suas atividades do conselho de administração da Brasilprev. A recomendação foi acatada por Marcelo Caetano, que deixou o cargo de conselheiro no dia 28 de março. Ainda assim, as ações do secretário durante o exercício concomitante dos cargos serão analisadas pela CPI da Previdência.

GREVE GERAL

O Unacon Sindical convoca toda a carreira de Finanças e Controle para reforçar a insatisfação com a PEC 287 nas ruas, no dia 28 de abril. Centrais sindicais, confederações, federações, fóruns, sindicatos e associações também vão aderir à Greve Geral, em defesa do direito à aposentadoria.

No dia 13 de abril, o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) divulgou uma Carta Aberta à sociedade conclamando as entidades afiliadas e toda a classe trabalhadora para participar dos atos públicos no dia 28. "O Fonacate entende ser o momento de a sociedade brasileira ir às ruas e protestar contra essa brutal subtração de direitos sociais conquistados ao longo de décadas de lutas pelo aperfeiçoamento da Seguridade Social e das relações de trabalho no país", reza trecho do documento. Participe!

EMENDAS À PEC 287/2016

As Carreiras de Estado afiladas ao Fonacate validaram 10 emendas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 de 2016. As sugestões de alterações ao texto tramitam na Comissão Especial que analisa a PEC com os números de 87 a 96. As emendas foram autenticadas por Rudinei Marques, presidente do Sindicato, no 14 de março. No mesmo dia, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou substitutivo global à proposta. A emenda da OAB, que também tem o apoio do Sindicato, tramita com o número 58. No total, 164 emendas foram apresentadas à proposta.

A mobilização em prol do direito à aposentadoria foi documentada no Especial Reforma da Previdência. Além apresentar um panorama geral da luta, a edição traz uma entrevista exclusiva sobre a CPI da Previdência com senador Paulo Paim (PT-RS).

Em notificação extrajudicial, Sindicato **exige direito de resposta à revista Carta Capital**

No documento, a entidade também pede que sejam esclarecidos os "dados inverídicos" e as "acusações infundadas" publicados na matéria de capa da edição nº 943 do periódico

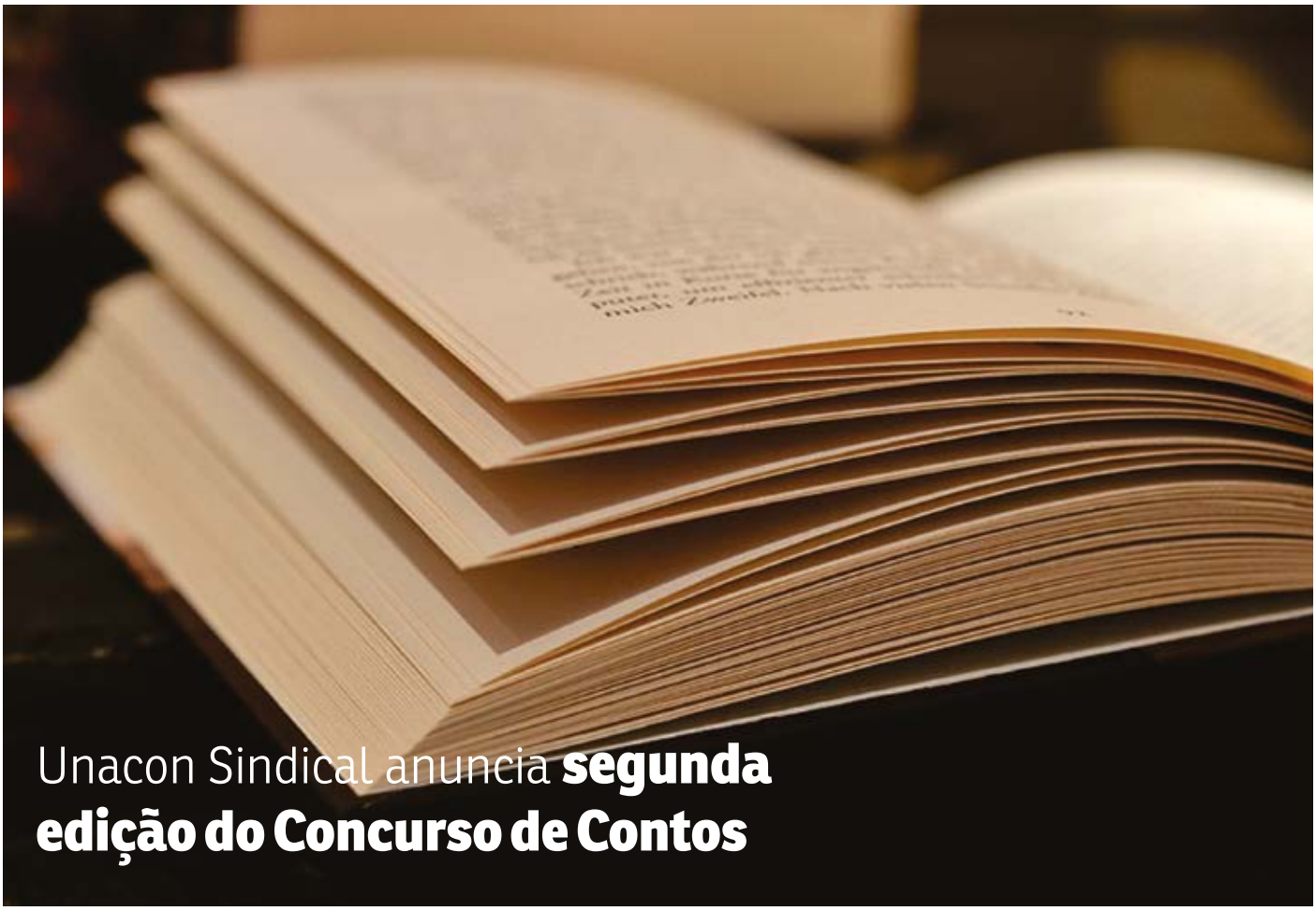
O Unacon Sindical enviou uma notificação extrajudicial à revista Carta Capital no dia 16 de março para exigir direito de resposta. No documento, a entidade também pede que sejam esclarecidos os "dados inverídicos" e as "acusações infundadas" publicados na matéria de capa da edição nº 943 de 15 de março de 2017, intitulada "Sangue Azul Sem Pudor – Uma Elite de Servidores Federais segue o exemplo do MP e do Judiciário e usa o seu poder para manter e conquistar novos privilégios".

"Verifica-se que foram feitas afirmações que atingem drasticamente a categoria dos Auditores Federais de Finanças e Controle e padecem de qualquer comprovação, razão pela qual merecem ser melhor explicadas por seus autores. Além disso, é imprescindível a concessão de direito de resposta aos atingidos, para que sejam comprovadas, com dados objetivos, as inverdades veiculadas", reza trecho da representação.

O documento ainda aponta para equívocos de apuração dos responsáveis pela matéria, como a comparação de servidores com sistemas remuneratórios distintos.

CONTRADIÇÃO

Ao mesmo tempo que acusa a carreira de Finanças e Controle de "preservar regalias históricas", a matéria destaca como positiva a crítica do presidente do Unacon Sindical às remunerações extrateto. "Esqueceu-se a Carta Capital, talvez por conveniência jornalística, de informar que o senhor Rudinei Marques é justamente o presidente nacional do Sindicato dos 'Auditores da CGU', atacados pelo periódico", aponta a notificação extrajudicial.



Unacon Sindical anuncia **segunda edição do Concurso de Contos**

Histórias podem ser enviadas por email (concursodecontos@unacon.org.br), carta ou entregues pessoalmente na sede nacional do Sindicato até o dia 5 de junho

Alegres, tristes, engraçadas, curiosas e até heroicas. Todo Auditor (AFFC) e Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) já passou por alguma circunstância no ambiente de trabalho digna de ser compartilhada. Já pensou em ser premiado por essas histórias e ainda vê-las editadas em livro? Então, participe do II Concurso Nacional de Contos do Unacon Sindical. Lançado no dia 5 de abril durante a reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), a segunda edição do certame integra as atividades em comemoração aos 30 anos da carreira de Finanças e Controle.

Todos podem participar. Vale história de auditoria, encontros inusitados, no dia a dia do órgão, e até mesmo de luta em defesa de um ideal. A única exigência é que os textos sejam inéditos e tratem de histórias reais ou inspiradas nas experiências dos servidores.

O II Concurso de Contos tem como objetivo incentivar a produção literária da carreira de Finanças e Controle e dar visibilidade ao talento dos servidores. Premiado na primeira edição do concurso, o conto "Verás que um auditor não foge à luta", de autoria do AFFC Franklin Brasil, inspirou o documentário "Muito Além do Controle". "Fiquei muito feliz quando soube que o meu conto fora escolhido para ilustrar o documentário", revela Franklin.

COMO PARTICIPAR

Os contos podem ser enviados por email, carta ou entregues pessoalmente, na sede nacional do Sindicato até o dia 5 de junho de 2017. Os trabalhos que se destacarem pela criatividade, autenticidade e interatividade serão contemplados em cinco faixas de premiação e ainda serão editados em livro.

Premiação

1º LUGAR	R$ 5 mil
2º LUGAR	R$ 4 mil
3º LUGAR	R$ 3 Mil
4º LUGAR	R$ 2 mil
5º LUGAR	R$ 1 mil

Acesse o regulamento no link: https://goo.gl/92HnXX

Quem deseja o descontrole do SUS?

Querem retirar o poder do órgão central do Sistema de Controle Interno federal de fiscalizar as verbas do SUS, estimadas em, aproximadamente, R$ 100 bilhões

por Filipe Leão
Diretor de Finanças do Unacon Sindical

Ocultos ou declarados, os inimigos do controle são muitos. Apesar das constantes ameaças, o Sistema de Controle Interno no Brasil vem registrando inegável evolução, conforme preceitua os artigos 70 e 74 da Constituição Federal. Desde a redemocratização, e, especialmente após a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Sistema teve grande impulso com a reorientação das estruturas dos órgãos centrais de controle interno em auditorias, controladorias ou corregedorias gerais no âmbito dos respectivos Poderes.

Contudo, ao editar a Medida Provisória (MP) 765, em 29 de dezembro de 2016, o governo federal descumpre mandamentos constitucionais e republicanos elementares, ao retirar da Controladoria-Geral da União a missão de auditar as verbas do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta não somente é ilógica, do ponto de vista administrativo, como é, sobretudo, inconstitucional, na exata parte que pretende afastar a jurisdição do órgão central sobre verbas públicas internas, no âmbito de sua competência.

No Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 25943 DF, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a jurisdição da CGU em fiscalizar as verbas federais, onde quer que elas estejam aplicadas, mesmo que em outro ente federado ao qual sejam destinadas. Reconheceu ser a fiscalização da CGU interna e feita exclusivamente sobre verbas do orçamento do Poder Executivo Federal. O STF, mais uma vez, fez bem ao país, pois, ao não afastar a jurisdição do órgão sobre as verbas federais, interpretou o real significado dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e de princípios como o de dever de prestar contas de administradores públicos, a eficiência, a moralidade e a publicidade.

> A CGU já deflagrou, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, mais de 132 operações especiais para combater desvios de recursos públicos na saúde. Esse número representa, aproximadamente, 55% das ações realizadas pelo órgão."

No governo federal, a CGU – neste momento denominada Ministério da Transparência Fiscalização e Controladoria-Geral da União –, decerto, é um caso de sucesso na evolução do Sistema de Controle Interno e da reestruturação de um órgão central. A partir da sua atuação, diversos entes subnacionais, por espelho, incorporaram aos seus respectivos órgãos de controle a administração de portais da transparência – com detalhamento de receitas e despesas –, a realização de auditorias e fiscalizações *in loco* – com averiguação interna da aplicação das políticas de saúde, educação, transporte, habitação e outros programas sociais – e, até mesmo, o combate à corrupção – por meio de operações em parcerias com órgãos policiais e de investigação criminal.

Ao adotar a expertise da CGU, a Controladoria-Geral do município de São Paulo, por exemplo, detectou o crescimento patrimonial incompatível de servidores e combateu a sistemática cobrança de propinas no departamento de fiscalização de tributos municipais. Conhecido como "máfia dos fiscais de São Paulo", o escândalo representou um importante estágio no fortalecimento do controle interno, em que um órgão central do sistema, no ente municipal, incorporou técnicas sofisticadas de apuração e combate à corrupção.

Por ano, as verbas do SUS são estimadas em torno de 100 bilhões do orçamento federal. A CGU já deflagrou, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, mais de 132 operações especiais para combater desvios de recursos públicos na saúde. Esse número representa, aproximadamente, 55% das ações realizadas. Somente em 2016, 282 milhões em recursos foram desviados e 22 prisões foram efetuadas nas operações Voadores (MA), Maus Caminhos (AM), Copérnico (BA), Desumanidade II (PB), e Black List (PE). Além disso, são avaliados pela CGU, sistematicamente, programas como o "Saúde da Família", "Farmácia Básica" e ações de investimentos públicos na saúde, cujas recomendações tem por objetivo evitar desperdícios e otimizar a aplicação dos recursos públicos.

Não sabemos de onde veio a ideia de afastar o órgão central do Sistema de Controle Interno da fiscalização das verbas do SUS. Desconhecemos, também, se o teor da MP 765 foi avalizado ou se passou despercebido pela Advocacia-Geral da União (AGU). Temos, contudo, clareza de que o conteúdo jurídico e o efeito dessa Medida Provisória são nocivos ao país. Por isso, lutaremos politicamente e judicialmente para revertê-la. Nesta empreitada, estarão ao nosso lado todos os amigos dos recursos públicos e do controle governamental. ●

Unacon Sindical participa **de reunião com ministra do TCU**

Durante o encontro com Ana Arraes, entidades sugerem auditoria na dívida dos estados

A dívida dos estados com a União foi pauta de audiência com a ministra do Tribunal de Contas da União (TCU), Ana Arraes, no dia 21 de fevereiro. Rudinei Marques, presidente do Sindicato, participou da reunião, que também contou com presença de representantes da Febrafite, da Auditoria Cidadã da Dívida, da Fenafisco e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na oportunidade, os dirigentes elogiaram a proposta da ministra de fiscalizar a dívida pública, aprovada pelo plenário do TCU, e sugeriram uma auditoria na dívida dos estados.

"A situação de caos dos estados é tamanha, que eles têm sido empurrados a acordos desvantajosos com a União, cuja contrapartida é a entrega do patrimônio que ainda resta aos entes. O pretexto para essas privatizações é o pagamento de uma dívida que não poderá nunca ser quitada, pois a cobrança de juros extorsivos faz com que cresça de forma abusiva", argumentou Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida.

Na sugestão entregue à ministra, a Auditoria aponta os principais elementos que influenciaram a crise financeira dos entes federados e ressalta a necessidade de rever este endividamento desde sua origem.

Unacon promove debate com foco nos **impactos da PEC 287 na vida do servidor**

No encontro realizado na CGU, Luiz Alberto dos Santos, consultor legislativo do Senado, abordou as alterações previstas pela proposta que são sensíveis ao funcionalismo

Reforma da Previdência Social em pauta. O Unacon Sindical promoveu debate na Controladoria-Geral da União (CGU) no dia 29 de março com foco nas mudanças previstas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 de 2016 sensíveis aos servidores públicos federais. Com o tema "Reforma da Previdência: conteúdo, alcance e impactos", a palestra de Luiz Alberto dos Santos, consultor legislativo do Senado Federal, ofereceu aos servidores da CGU uma análise completa das implicações que a reforma irá acarretar, se aprovada como está, aos servidores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e ao Serviço Público de maneira geral.

Luiz Alberto iniciou a apresentação com a contextualização da reforma da Previdência no cenário atual e destacou que o objetivo da proposta é atender à limitação de gastos imposta pela Emenda Constitucional 95 de 2016.

A falta de credibilidade dos dados previdenciários apresentados pelo governo foi alvo de crítica. "Ninguém consegue reproduzir esses cálculos, nem os dados de PIB considerados", disse em relação aos números apresentados pelo governo que ora apontam um déficit atuarial de R$ 5 trilhões, ora de R$ 1,2 trilhão.

O palestrante também abordou a lógica de estímulo à previdência privada como um fator não declarado, mas subjacente à reforma, entre outros pontos.

Ao fim do encontro, Luiz Alberto esclareceu algumas dúvidas dos servidores. Os slides e o vídeo da palestra estão disponíveis no site do Sindicato.

Imposto de Renda

Os valores recebidos por meio de precatórios ou requisições de pequeno valor (RPV) devem ser declarados no imposto de renda. O escritório Torreão Braz Advogados lembra que o número de meses a que se refere o passivo deve ser declarado na ficha de RRA. Para servidores que tiverem saído da carreira entre "janeiro de 1995/ fevereiro de 2000" (ação dos 3,17%) e "janeiro de 1993/ junho de 1998" (ação dos 28,86%), a informação do número de meses será proporcional à permanência no posto.
A declaração dos valores descontados a título de honorários advocatícios deverá ser desconsiderada, com exceção, daqueles servidores que efetuaram o referido depósito diretamente na conta corrente do escritório Torreão Braz Advogados. Mais informações com Francisca pelo telefone (61) 2107-5018.

Serviços Jurídicos

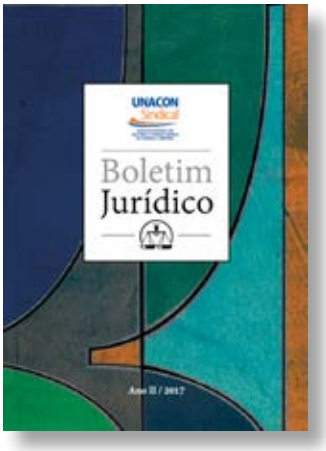
Filiados ao Unacon Sindical também contam com assessoria jurídica nas áreas de Direito Civil, Direito Administrativo, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Especialistas em Direito Civil e Processo Civil, os advogados Marcos Gouvêa e João Bilheiros atendem em horário comercial na sede do Sindicato. A consulta deve ser previamente agendada pelo telefone (61) 2107-5028.

Contribuição Sindical

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira, suspendeu a cobrança da contribuição sindical dos servidores e empregados públicos, que havia sido estabelecida pela Instrução Normativa nº 01, de 17 de fevereiro de 2017. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de abril.

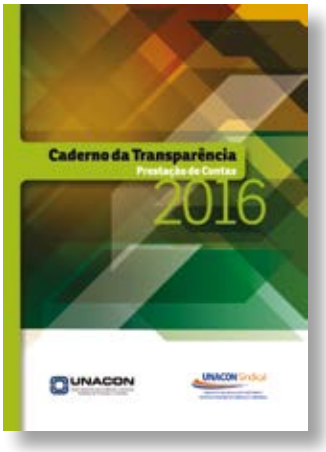
Boletim Jurídico

A versão 2017 do Boletim Jurídico já foi enviada à casa dos filiados. A publicação reúne todas as ações coletivas – em fase de execução e em fase de conhecimento – patrocinadas pelo Sindicato. O número do processo e o perfil dos beneficiários estão relacionados em todas as ações. A edição traz ainda uma entrevista exclusiva com Roberto Kodama, diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato.



Caderno Transparência

A sexta edição do Caderno Transparência já está disponível. O documento, enviado para a residência dos filiados em março, apresenta a prestação de contas do exercício de 2016 – da Unacon e do Unacon Sindical – com o parecer do Conselho Fiscal e demonstrações contábeis, acompanhados por notas explicativas. Informações sobre arrecadação, despesas e aplicações financeiras no período também estão disponíveis na publicação. Todas as edições do Caderno Transparências podem ser acessadas na área restrita do site do Sindicatoao.



Plantão Unacon

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) recebe filiados depois do expediente na sede do Sindicato, em Brasília, DF. O plantão tem como objetivo facilitar o acesso aos dirigentes. O atendimento é realizado às terças, quartas e quintas-feiras das 18h às 20h. Mais informações no telefone (61) 2107-5000.

Golpe Aposentados

Estelionatários ligam para filiados aposentados e pensionistas cobrando depósito de honorários com a promessa de vantagem judicial em ações coletivas. A prática criminosa tem preocupado o Sindicato. Toda e qualquer comunicação a respeito de ações judiciais patrocinadas pela entidade é feita por meio de carta com papel timbrado do Unacon Sindical. Nunca por meio de ligações. Mais informações pelo telefone (61) 2107-5012. Falar com Francisca.

30 anos é motivo de orgulho. Comemore escrevendo.

A carreira de Finanças e Controle faz aniversário.
Você, como integrante dela, tem alguma experiência vivida
no exercício das suas funções que pode dar um bom conto?
Coloque sua história no papel e compartilhe com a gente.
Os melhores textos serão premiados e publicados em livro. Participe!

2º Concurso Nacional de Contos

1º Lugar	R$ 5.000,00		
2º Lugar	R$ 4.000,00	**3º Lugar**	R$ 3.000,00
4º Lugar	R$ 2.000,00	**5º Lugar**	R$ 1.000,00

Entrega dos trabalhos até 5 de junho de 2017

concursodecontos@unacon.org.br

Informações: (61) 2107-5012

Confira o regulamento no site do sindicato: www.unacon.org.br

Realização

UNACON Sindical
SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE

Carreira de Finanças e Controle 30 ANOS